

Amritav
Acharya

A NOVA VELHA ORDEM MUNDIAL

Por que a civilização
global sobreviverá ao
declínio do Ocidente

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA. CRÍTICA

**Amitav
Acharya**

**A NOVA
VELHA
ORDEM
MUNDIAL**

**Por que a civilização
global sobreviverá ao
declínio do Ocidente**

Tradução

Ricardo Doninelli-Mendes

CRÍTICA

Copyright © Amitav Acharya, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026
Copyright da tradução © Ricardo Doninelli-Mendes, 2026
Todos os direitos reservados.
Título original: *The Once and Future World Order*

Preparação: Marina Geiger
Revisão: Queni Winters e Valquíria Matioli
Diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Fabio Oliveira
Imagem de capa: Sandor Mejias B/Shutterstock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Acharya, Amitav
A nova velha ordem mundial / Amitav Acharya ; tradução de Ricardo Doninelli-Mendes. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.
464 p.

ISBN 978-85-422-4359-8
Título original: *The Once and Future World Order*

1. Ciência política 2. Relações internacionais I. Título II. Doninelli-Mendes, Ricardo

26-2704

CDD 327

Índice para catálogo sistemático:
1. Ciência política

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo
e outras fontes controladas

2026
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista
São Paulo – SP – CEP 01310-913
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	9
Capítulo 1. Os primeiros alicerces	33
Capítulo 2. Os mitos gregos e o poder persa	53
Capítulo 3. Conquista e compaixão	81
Capítulo 4. O governo celestial	107
Capítulo 5. A ira de Roma	133
Capítulo 6. Rejuvenescendo o mundo	157
Capítulo 7. Os conectores do mundo	181
Capítulo 8. A ascensão do Ocidente	199
Capítulo 9. O mundo perdido	219
Capítulo 10. África, interrompida	245
Capítulo 11. O duplo padrão da Europa	271
Capítulo 12. A cidade no topo de uma colina	305
Capítulo 13. O retorno do Restante	339
Capítulo 14. O passado e o futuro da ordem mundial	377
<i>Agradecimentos</i>	407
<i>Ilustrações</i>	413
<i>Notas</i>	415

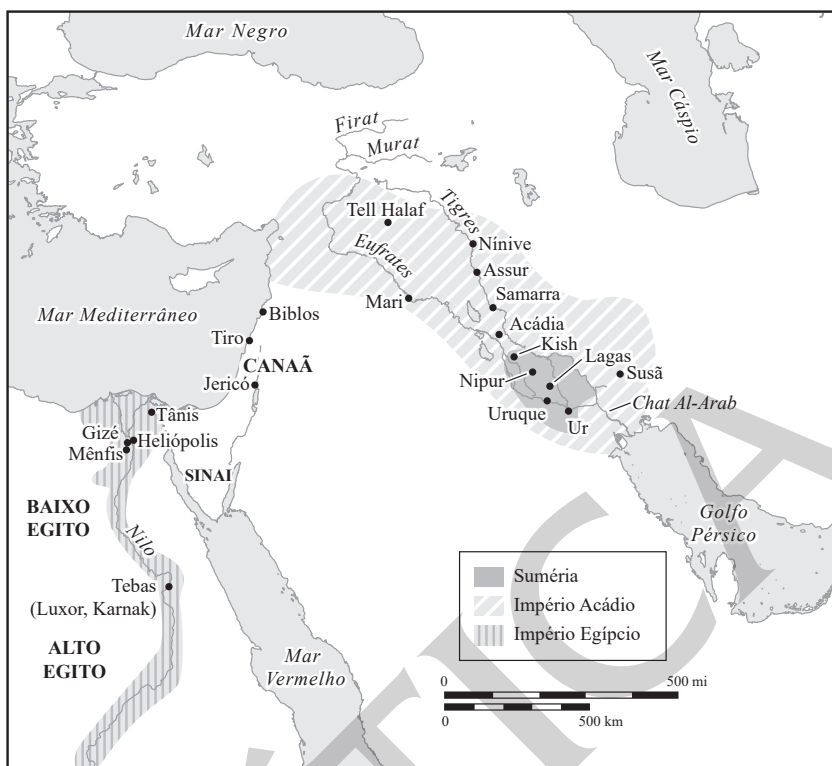
CAPÍTULO I

OS PRIMEIROS ALICERCES

Dois dos primeiros locais importantes no desenvolvimento da ordem mundial foram a Suméria, localizada na Mesopotâmia, e o Egito, na África. Nenhum dos dois era uma entidade isolada. Embora fossem civilizações distintas, que se desenvolveram de modos diferentes, compartilhavam algumas características e estavam conectadas entre si e a Estados vizinhos.¹ Para os nossos propósitos, elas são importantes porque inventaram algumas das ideias e práticas que constituíram as primeiras ordens mundiais: os arranjos diplomáticos, econômicos e culturais que garantiram paz e estabilidade nas relações entre um grupo variado de povos e Estados.

A Suméria, a mais antiga das duas civilizações, surgiu no quarto milênio a.C. e estava localizada no sul da Mesopotâmia, palavra que em grego significa literalmente “entre rios”; neste caso, o Tigre e o Eufrates. A região da Mesopotâmia via a ascensão de outros centros políticos ao norte, por exemplo, Acádia, Assíria e Babilônia, que surgiram após o declínio da Suméria, no final do segundo milênio a.C. De muitas maneiras, essas civilizações subsequentes carregaram o legado da Suméria, ajudando a estabelecer alguns dos primeiros alicerces da ordem mundial.

O surgimento da civilização egípcia ocorreu após o da Suméria, com a unificação do Egito, realizada pelo rei Narmer (também conhecido como Menés), com a conquista da região do Baixo Egito, isto é, a área do delta do Nilo que se estendia até o mar Mediterrâneo, por



Mapa 1. Suméria e Egito entre o terceiro e o segundo milênios a.C.

volta de 3150 a.C. Antes do colapso da Suméria, as duas civilizações coexistiram por algum tempo. Depois disso, o Egito antigo continuou existindo por séculos antes de alcançar os períodos que os historiadores denominam como Médio e Novo Impérios, separados por tempos de instabilidade. Embora o Egito se interligasse à Ásia e à África, absorvendo influências culturais e políticas de ambas, para o nascimento de sua civilização e ordem política, os elementos africanos podem ter sido mais fundamentais que os asiáticos. “É mais fácil provar que o Egito antigo era ‘africano’ do que provar que a Grécia antiga era ‘europeia’”, escreveu um historiador.²

Entre as influências do sul sobre o Egito, estava a ideia da autoridade divina dos governantes, um dos sistemas de crenças políticas mais importantes da história. A realeza divina também aparece na história da Suméria, sendo possível que, como afirma o historiador William

McNeill, em seu período tardio, a Suméria tenha tirado aquela ideia do Egito.³ O próprio Egito pode ter tomado o conceito de governo divino de seus vizinhos do sul, especialmente a região da Núbia. As ideias núbias de autoridade – como a sacralidade pessoal do governante, que remonta ao quarto milênio a.C., e ainda não foi encontrada em nenhum outro lugar na região do Oriente Próximo – influenciaram o sistema político inicial do Egito, sendo desenvolvidas ainda mais pelos próprios governantes egípcios.⁴ A noção de sacralidade pessoal dos governantes também foi adotada por reis posteriores nos arredores, incluindo o reino de Kush, na Núbia, surgido por volta do século XI a.C.⁵ Aqui, como é comum em toda a história, a evolução da ordem mundial foi alimentada pelo fluxo bidirecional de ideias e instituições políticas.

Ao mesmo tempo, o Egito desenvolveu interações comerciais e diplomáticas significativas ao norte, incluindo o Levante (aproximadamente a área que corresponde à Síria, ao Líbano, à Palestina e a Israel modernos) e, em especial durante seu Novo Império (1570-circa 1069 a.C.), as outras quatro “grandes potências” da região: Hatti (mais conhecida hoje como “Império Hitita”, localizado na Anatólia central, atual Turquia), Mitanni (Império a sudeste de Hatti), Assíria e Babilônia.

É durante esse período – da ascensão das cidades-estados sumérias ao Novo Império do Egito – que cinco dos elementos mais duradouros da ordem mundial foram vistos pela primeira vez unidos: a monarquia divina, o sistema de Estados independentes, o império, a narrativa “caos *versus* ordem” e a cooperação entre grandes potências. Dados os contatos entre a Suméria e suas regiões vizinhas, bem como o papel do Egito como ponte entre a África e a Ásia, a antiga ordem mundial pode ser justificadamente considerada afro-asiática em sua origem.

A anarquia suméria

A Suméria é o berço do sistema de Estados independentes e concorrentes. Esse sistema surgiu no sul da área entre os rios Tigre e Eufrates (no atual Iraque), e foi desenvolvido sobretudo no terceiro milênio a.C. A Suméria é mais bem descrita como um sistema “anárquico”. O termo *anarquia* aqui não implica o caos ou a guerra – embora houvesse muito



Imagem 2. Gudea, rei sumério que governou a cidade-estado de Lagash, por volta de 2150 a.C.

disso –, mas enfatiza que, durante a maior parte de sua história, a Suméria continuou sendo um sistema de Estados concorrentes em vez de um império, pelo menos até as conquistas do rei Sargão de Acádia (*circa* 2334-2279 a.C.). Conforme discutido anteriormente, tais sistemas de Estados independentes surgiram mais tarde em outras partes do mundo – em particular na península do Peloponeso da Grécia, na Planície Indo-Gangética, na região ocidental da China circundando o rio Amarelo e na Civilização Maia – durante o primeiro milênio a.C. Esse sistema assumiria então sua forma mais desenvolvida e “moderna” na Europa após a Paz de Westfália, no século XVII.

O sistema sumério baseava-se no domínio da classe sacerdotal e na autoridade divina do governante. Os reis sumérios em geral não se consideravam pessoalmente divinos (como era o caso no Egito), mas derivavam sua legitimidade dos deuses que adoravam. Cada cidade era presidida por um deus e tinha um governante ou rei que o representava.

O dever do rei não era apenas agradar aos deuses, mas também ser o mediador entre deuses e humanos. Contudo, os deuses do panteão sumério eram desiguais. Enlil era o deus supremo no panteão sumério, e seu templo ficava em Nippur, a cidade mais sagrada da Suméria até o segundo milênio a.C. Porém, nem mesmo esse “rei dos deuses” podia interferir na autoridade de outros deuses, nem forçar suas substituições. Seu papel era principalmente arbitrar disputas entre eles.

O rei de Kish foi um dos mais conhecidos dentre os grandes reis da Suméria, embora sua autoridade estivesse longe de ser a de um imperador. No entanto, ele era tão respeitado que o título de rei de Kish foi concedido a outros governantes na Mesopotâmia para indicar seu status superior. Uma tabuleta de argila suméria relata seu papel como mediador em uma disputa de fronteira entre Lagash e Umma, duas outras cidades-estados sumérias ao sul.⁶ Desse episódio resultou o primeiro marco fronteiriço registrado do mundo, outra inovação política suméria que moldaria profundamente as ordens mundiais ao longo da história. Os sumérios também desenvolveram o comércio terrestre e marítimo, e suas frotas mercantes podiam alcançar os portos do vale do Indo na Índia, civilização contemporânea da Suméria.

Como em outras civilizações, a ordem mundial suméria girava em torno de uma concepção do bem *contra* o mal e da ordem *contra* o caos. No famoso épico sumério que leva seu nome, Gilgamesh, rei de Uruk, derrota Humbaba, o gigante da floresta, que representa a escuridão e o mal, enquanto Gilgamesh é protegido por Shamash, o deus-sol, com o poder da luz sobre a escuridão. Assim, Gilgamesh garante o acesso aos recursos da floresta e se consolida como herói para seu povo. Contudo, na moldagem da ordem na Terra, os deuses sumérios também podiam ser vingativos ao extremo. Quando os humanos se tornaram muito “barulhentos” e violentos, os deuses provocaram a Grande Inundação para acabar com a humanidade, com exceção de Enki, homem instado, por uma divindade amistosa, a construir um barco e navegar com segurança, levando sua família e um exemplar de todo tipo de animal para garantir a futura regeneração da Terra.⁷

Embora permanecessem independentes umas das outras, as cidades-estados sumérias desenvolveram um mito de identidade coletiva, bem como de continuidade histórica, que foi usado pela classe dominante

para a legitimação política. Todas as grandes civilizações fazem isso, e a China de forma mais extremada. No caso da Suméria, uma “lista de reis” retroativa – supostamente escrita por um escriba durante o reinado do rei Utukhegal no final do século XXII a.C. – fornecia um registro da sua linhagem monárquica e divina, implicando um grau de coesão, continuidade e unidade da Suméria contra forasteiros.⁸

Outro avanço importante do período sumério é o surgimento de códigos legais, que representaram a primeira tentativa de manter a preponderância da ordem sobre o caos por meio da lei. Embora visassem principalmente manter a estabilidade doméstica, esses códigos eram vistos por seus criadores e súditos como universais. Sua difusão por muitos Estados da região da Mesopotâmia (Suméria, Acádia e Babilônia) pode ser vista como o desenvolvimento de uma ordem mundial.

O primeiro exemplo conhecido foi o Código de Urukagina, proclamado pelo rei Urukagina, de Lagash, no século XXIV a.C. O código em si desapareceu, mas referências a ele em documentos posteriores mostram que ele continha medidas estipulando que os ricos não poderiam forçar os pobres a vender suas terras, gado ou alimentos contra a sua vontade; garantindo a “remissão” (perdão de dívida) a pessoas submetidas à “servidão por dívida”; e limitando o poder, dos funcionários do governo, de cobrar comissões.⁹ Ao Código de Urukagina seguiu-se o Código de Ur-Nammu, emitido pelo rei sumério Ur-Nammu (2047-2030 a.C.), que também oferecia proteção aos membros mais fracos da sociedade – como órfãos, pobres e viúvas – contra os ricos e poderosos. Afirmava que “o órfão não deve ser vítima dos ricos”, “a viúva não deve ser vítima dos poderosos” e “o homem que ganha um *shekel* (unidade monetária) não deve ser vítima do homem que ganha uma *mina* (sessenta *shekels*)”.¹⁰

Esses códigos legais anteriores impunham punições relativamente brandas aos transgressores, mas isso mudou com o Código de Hamurabi, rei da Babilônia de 1792 a 1750 a.C. Trata-se do código legal mais famoso dos tempos antigos, com base no princípio da justiça retributiva segundo o qual a punição que um infrator recebe deve corresponder diretamente ao crime que ele cometeu: “se um homem arrancar o olho de outro, seu olho será arrancado”, “se quebrar o osso de outro homem, seu osso será quebrado”, e assim por diante.¹¹ Não obstante, ainda que

impusesse punições severas, o Código de Hamurabi também introduziu o princípio da presunção de inocência até que se prove a culpa, bem como a ideia de que o ônus da prova cabe ao acusador, bem antes de que tais princípios pudessem ser encontrados nas leis da Roma antiga e nos códigos legais modernos.

No geral, as cidades-estados sumérias estavam frequentemente em conflito, mas a ordem era mantida não apenas buscando a proteção dos deuses, mas também usando inovações terrenas como a marcação de limites territoriais, promovendo o comércio, desenvolvendo códigos legais e resolvendo disputas interestatais por meio da arbitragem. A autoridade divina era suplementada pela engenhosidade humana para resolver problemas do dia a dia.

O próximo estágio da evolução da ordem mundial mesopotâmica inicial surgiu quando as cidades-estados menores e mais homogêneas se transformaram em domínios maiores e culturalmente mais diversos por meio da conquista de terras vizinhas. Nesse processo, o que mais importou foi a ascensão de Sargão de Acádia, que, ao expandir seu reino para o norte e oeste da área da Mesopotâmia clássica, pode ser considerado o primeiro construtor de um império multinacional, embora o seu fosse menor que o Império da Pérsia Aquemênida posteriormente.¹² Outra contribuição da Acádia para a antiga ordem política foi a língua acádia, que se tornou a língua franca da diplomacia e da arte de governar do antigo Oriente Próximo. Mas é a instituição do império, desenvolvida nas conquistas de Sargão, que seria uma característica duradoura da organização política no futuro, por meio do império subsequente dos assírios, e atingiria sua forma mais desenvolvida sob a Pérsia Aquemênida no século VI a.C.

A centralidade do Egito

Em contraste com o sistema de Estados independentes da Suméria, a organização política do Egito – o outro berço da ordem mundial – emergiu como um único Estado centralizado. A unificação do país por Narmer é simbolicamente retratada na Paleta de Narmer, um artefato de rocha sedimentar, em forma de escudo, que remonta àquele

período e agora está no Museu Egípcio no Cairo. Ela mostra o rei golpeando inimigos e usando a coroa branca do Alto Egito de um lado, e a coroa vermelha do Baixo Egito do outro. Da mesma forma que a Suméria, o Egito desenvolveu a monarquia divina, mas ela se baseava mais na ideia de que o rei era realmente um deus, e não apenas alguém com qualidades divinas ou escolhido pelos deuses para governar. O rei egípcio, que seria chamado de *faraó* (que significa “casa grande” ou “casa elevada”, e fazia referência ao palácio real) a partir do século XVIII a.C., foi inicialmente considerado a representação do deus Hórus, cuja imagem era um falcão ou um homem com cabeça de falcão. Com a ascensão do culto de adoração ao sol em Heliópolis, durante a quinta dinastia (2465-2325 a.C.), o rei passou a ser visto como filho de Rá, o deus-sol.¹³

Fosse o governante um deus real, fosse apenas alguém com características divinas, a construção da ordem egípcia estava profundamente enraizada na narrativa do combate “caos *versus* ordem”, tal como apresentada nas imagens da Paleta de Narmer, que podem ser interpretadas como expressando a subjugação das forças do caos pelo rei Narmer, visando estabelecer a ordem. Isso estava profundamente conectado à cosmologia egípcia e aos mitos que explicavam a natureza fundamental da autoridade do governante. Os egípcios acreditavam que o destino do Universo era moldado por uma luta contínua entre duas forças opostas: *ma'at* (a ordem e a harmonia) e *isfet* (o caos, a violência e a injustiça). A ordem surge quando *ma'at* triunfa sobre *isfet*. Para garantir isso, a sociedade precisa de um rei que seja divino e que possa navegar entre a miríade de deuses do panteão egípcio. A luta é cíclica: novas forças de *isfet* estão constantemente surgindo, exigindo uma nova resposta de *ma'at* para que a estabilidade do próprio Universo seja preservada. A luta é reproduzida pelas forças da natureza, garantindo, por exemplo, os ciclos do nascer e pôr do sol e das cheias do rio Nilo. Se *ma'at* não interviesse, *isfet* prevaleceria, fazendo com que a cheia anual cessasse e, assim, privasse o Egito de seu principal recurso para a agricultura e subsistência.¹⁴ Caos e destruição então se seguiriam. Assim como a noção do governante divino, essa ideia de luta constante entre a ordem e o caos foi adotada por civilizações subsequentes como justificativa tanto para os governantes de pulso firme – reis, imperadores, tiranos ou ditadores

– como para os conjuntos de regras sobre os quais as diferentes ordens mundiais têm sido baseadas.

Essa visão de mundo era importante não apenas para os assuntos domésticos do Egito, mas também para suas relações exteriores. Os governantes egípcios inventaram uma ideologia de Estado que fixava o Egito no centro do mundo, cujo papel se assemelhava bastante ao da antiga visão chinesa de que o centro do mundo era ocupado pela China. Enquanto as terras estrangeiras eram retratadas como lugares caóticos, o Egito, graças a seus governantes, era apresentado como um domínio da ordem. “Sem o rei e sua luta constante em nome de *ma’at*, o mundo inteiro cairia no caos e na decadência.”¹⁵ De fato, quando o rei aparecia em público, imagens dos “outros”, com identidades de outras etnias, eram colocadas perto dele, enfatizando assim seu papel como defensor de *ma’at* contra os adversários estrangeiros, que representavam *isfet*.¹⁶

Mas o Egito, apesar de ser bastante centralizado internamente, não se tornou um império completo: o Novo Império foi a principal exceção. Mesmo quando alcançou a sua maior extensão, durante o período do Novo Império, alcançando a Núbia, ao sul, e o Levante, ao norte, o Império Egípcio certamente não apresentava o alcance territorial e a composição multicultural do Império da Pérsia Aquemênida. Há várias razões para isso. A autossuficiência econômica proporcionada pelo fértil rio Nilo, que diminuiu a necessidade de conquistas para a obtenção de recursos, pode ter desempenhado um papel substancial. A geografia – em especial as barreiras naturais do deserto, em todos os lados – e um senso de superioridade cultural, fomentado por uma classe sacerdotal conservadora, contribuíram para uma cultura política isolada. Não menos importante, os egípcios tinham um tabu cultural contra perecer no exterior e terem seus corpos deixados para trás em terras estrangeiras, como aconteceria em aventuras imperiais.

Entretanto, o Egito não era totalmente desconectado de seus vizinhos. Ele contribuiu para a ordem mundial por meio de seu envolvimento, tanto na guerra como na paz, com as outras potências do Oriente Próximo, ajudando, em última análise, a estabelecer as bases da cooperação entre grandes potências, como também o primeiro tratado de paz do mundo. Apesar das diferenças do Egito com o sistema de cidades-estados independentes da Suméria antes de Sargão, os dois foram

os progenitores da ideologia do governante divino ou divinamente ordenado, que seria uma das mais duradouras invenções da antiguidade, adotada e exportada para o mundo por ninguém menos que Alexandre, o Grande.

Uma “família” de grandes potências

Em 1887, arqueólogos descobriram cerca de 350 cartas em Amarna (ou Tell el-Amarna, em árabe), no Egito, o local do palácio do Faraó Akhenaton (nome adotado por Amenhotep IV) do Reino Novo do Egito. Essas cartas – escritas em língua acádica na forma cuneiforme e datadas do período entre 1352 e 1336 a.C. – consistiam em comunicações entre os líderes de cinco dos principais Estados do mundo antigo: Babilônia, Hatti, Egito, Mitanni e Assíria. Suas relações mútuas constituíam um sistema de diplomacia que alguns estudiosos chamaram de “diplomacia de Amarna”, no qual “as grandes potências de todo o Oriente Próximo, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico, interagiam entre si, envolvendo-se em frequentes relações dinásticas, comerciais e estratégicas”.¹⁷ Certamente, o conceito de grandes potências aqui é diferente do usado hoje em dia, que denota os atores internacionais com capacidade de projetar poder e influência além de suas vizinhanças imediatas. As potências de Amarna não tinham o alcance geopolítico das grandes potências modernas; ainda assim, na época, agiam significativamente em uma vasta área geográfica.

No sistema diplomático de Amarna, o Egito desfrutava de certa deferência por parte das outras grandes potências. Todavia, todas as potências eram capazes de perseguir seus interesses e resolver suas diferenças usando uma política amigável e familiar. Os governantes eram tratados como irmãos ou pais, e as relações entre eles eram baseadas em costumes sociais, tais como convites para participar de festividades e casamentos arranjados entre suas famílias. Foram os primórdios da maneira, consagrada pelo tempo, de construir alianças e prestígio, tal qual os governantes na Europa, Ásia e outros lugares fariam em períodos posteriores. As trocas ou diálogos entre os governantes revelam relações políticas baseadas em expectativas de apoio mútuo e conformidade.

Um governante, por exemplo, justificaria seu pedido de ouro a outro não por precisar, mas por contar que seu “irmão”, o outro governante, o fornecesse.

A linguagem das relações familiares afetuosas mascarava cálculos políticos bastante realistas, que incluíam especialmente o desejo por igualdade de status e reciprocidade entre os grandes reis.¹⁸ Quando a Assíria, uma potência recém-ascendente, quis se juntar à irmandade, seu rei, Ashur-uballit, enviou uma carta ao faraó do Egito, provavelmente Akhenaton. A carta foi acompanhada de presentes, uma prática comum, mas também exigia uma resposta rápida e deixava claro que seu propósito era obter informações sobre o Egito e seu governante. A carta, mantida agora no Museu Metropolitano de Arte de Nova York, diz:

Deste modo, Ashur-uballit, rei da terra do deus Ashur, diz ao rei da terra do Egito: Que com você, sua casa e sua terra esteja tudo bem. Eu lhe enviei meu mensageiro para visitá-lo e visitar sua terra. Até agora, meus predecessores não lhe escreveram, mas hoje eu lhe escrevo. Estou lhe enviando, como presente de saudação, uma esplêndida carruagem, dois cavalos e uma pedra de genuíno lápis-lazúli gravada com data. Não atrase o mensageiro que lhe enviei para visitá-lo. Ele deve fazer-lhe a visita e depois partir para cá. Ele deve ver como você e sua terra são, voltando para cá depois.¹⁹

A reciprocidade também foi exigida em outra carta, do rei Burna-Buriash da Babilônia ao faraó do Egito. “Agora, embora você e eu sejamos amigos”, escreveu Burna-Buriash, “três vezes seus mensageiros vieram aqui, mas você não me enviou nenhum belo presente; portanto, não lhe enviei um só belo presente sequer.”²⁰

Esperava-se que o faraó do Egito, embora tivesse um status um pouco superior no clube das potências, também tratasse todos os outros grandes reis igualmente, dando a cada um deles presentes de valor semelhante. Portanto, quando Ashur-uballit, rei da Assíria, recebeu do Egito menos ouro que o recebido pelo governante de Mitanni, ele escreveu ao faraó reclamando que seu presente “não era suficiente para pagar os meus mensageiros na viagem de ida e volta”.²¹ Havia expectativas de

respeito mútuo e honra diplomática frustradas, observadas em protestos de governantes que achavam que seus mensageiros haviam sido mal-recebidos na corte egípcia.

As convenções e normas diplomáticas do sistema de Amarna prefiguraram, de forma notável, aquelas de eras posteriores. Os registros eram mantidos no palácio egípcio em Tell el-Amarna da mesma forma que, em milênios posteriores, representações estrangeiras na Europa mantinham registros de correspondências. O sistema de Amarna previa contatos constantes, selos oficiais para validar os contatos e ratificações formais, por parte dos governantes, de acordos “jurados pelas partes envolvidas na presença de testemunhas divinas”.²²

Não há evidências de que os grandes reis se reunissem como um grupo, como aconteceria em outro grande clube de potências, o Concerto Europeu, formado em 1815, após a derrota de Napoleão, para administrar assuntos políticos e estratégicos. Os enviados dos governantes do sistema de Amarna podem ter se encontrado durante suas viagens, como também ter passado um tempo juntos em cortes estrangeiras, especialmente na capital egípcia. Contudo, nas cartas de Amarna, não se encontra nenhuma sugestão de que governantes de uma entidade política tenham se envolvido na mediação de disputas entre outras ou na negociação de alianças militares.

Ainda assim, por meio dessas interações, os governantes familiarizavam-se com os interesses e necessidades uns dos outros, e o sistema foi bem-sucedido em impedir a guerra entre as principais potências por dois séculos. Isso ocorreu em parte porque não havia entre elas uma potência militarmente dominante. A primazia egípcia na família das grandes potências era amplamente simbólica, um reconhecimento – muito parecido com o concedido à China dentro do seu “sistema de tributos” séculos depois – da sua civilização historicamente ininterrupta. A paz duradoura também se devia às normas de reciprocidade e igualdade, facilitadas pelas comunicações em uma língua comum. Um termo-chave das cartas de Amarna é *abḥutu*, que significa irmandade ou coletivo de irmãos, implicando assim não a igualdade de poder, mas a igualdade de status.²³ O sistema funcionou porque todos os grandes reis se consideravam parte de um grupo exclusivo dos “civilizados”, no sentido de dispor da arte de escrever e criar bens de luxo. A entrada no clube de Amarna

era seletiva, exigindo poder militar, posse de vassalos e reconhecimento da igualdade de status por parte dos outros grandes reis.²⁴ Mais de três mil anos depois, uma noção um tanto semelhante do que significava ser “civilizado” surgiu na Europa, em conjunto com sua colonização do mundo. Mas não há evidências da existência, durante o período de Amarna, do preconceito racial que viria a ser fundamental para a noção europeia de civilização e a ideia de ordem mundial promovida pela Europa e pelos Estados Unidos durante e após o Iluminismo.

Em suma, o sistema de Amarna, apesar de seu contexto bastante diferente, era um protótipo de diplomacia e relações internacionais. Embora não fosse muito semelhante ao Concerto Europeu do século XIX, ele forneceu o primeiro modelo de um arranjo no qual grandes potências administravam suas relações sem que nenhuma delas criasse um império ou estabelecesse alguma hegemonia.

Acabar com as guerras, construir a paz

Dentro do grande sistema de poder de Amarna, algumas relações bilaterais eram mais desenvolvidas, em particular entre os egípcios e os hititas na Anatólia. Seguindo os passos dos Estados sumérios séculos antes – e renunciando relações entre as grandes potências da Europa milênios depois – Egito e Hatti manejaram as suas relações, que envolviam conflitos e cooperação, demarcando fronteiras, decidindo pelas mobilizações militares para evitar conflitos, regulando o comércio e desenvolvendo alianças.²⁵ Um importante resultado das relações entre egípcios e hititas foi “o primeiro tratado internacional de paz do mundo”, certamente o primeiro para o qual há documentação disponível. Concluído em 1259 a.C., foi nomeado como Tratado de Kadesh, em referência à Batalha de Kadesh, travada entre o faraó egípcio Ramsés II e o rei hitita Hattusilis cerca de dezesseis anos antes.²⁶ Quatro das disposições desse tratado, resumidas a seguir, são especialmente notáveis.²⁷ Elas estipulam que:

1. “O grande príncipe de Hatti nunca mais invadirá a terra do Egito para apoderar-se de alguma coisa. E... o grande governante do Egito

nunca mais invadirá a terra de Hatti para apoderar-se de alguma coisa.”

2. “Se algum inimigo atacar as terras do... Egito, e seu grande governante enviar um pedido de ajuda ao Grande Príncipe de Hatti, dizendo: ‘Traga seus reforços para enfrentar o meu inimigo’, o grande príncipe de Hatti virá e... destruirá esse inimigo. No entanto, se não for o desejo do grande príncipe de Hatti apresentar-se [em pessoa], ele enviará sua infantaria e seus carros de guerra... Se algum inimigo atacar o grande príncipe de Hatti... o grande governante do Egito se apresentará como reforço para destruir esse inimigo. Se [não] for o desejo do grande governante do Egito apresentar-se [em pessoa], ele enviará sua infantaria e seus carros de guerra.”
3. “Se o grande governante do Egito estiver enfurecido com os servos que lhe pertencem, e estes o afrontarem novamente, e decidir matar seus servos, o grande príncipe de Hatti o ladeará para matar todos os que o afrontaram.”
4. Da mesma forma, “se numerosos homens fugirem da terra do Egito e se dirigirem a... Hatti... o grande príncipe de Hatti não os receberá [mas]... fará com que sejam levados de volta... ao grande governante do Egito... Se numerosos homens fugirem da terra de Hatti e se dirigirem ao... Egito, o grande governante do Egito... não os receberá [mas]... fará com que sejam levados de volta ao príncipe [de Hatti]”.

Essas disposições são marcantes na forma como se assemelham a tratados internacionais modernos de paz e segurança. A primeira delas pode ser comparada aos princípios de não agressão (ou de exclusão da força) e não intervenção. De fato, esses são os princípios fundamentais da ONU e dos órgãos regionais em todo o mundo. A segunda disposição é típica de alianças ao longo da história, incluindo as disposições de defesa coletiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e dos tratados bilaterais de defesa, como os estabelecidos entre os Estados Unidos e o Japão, e entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul. A terceira e a quarta disposições sugerem o apoio mútuo contra revoltas internas e a proibição a um país de abrigar inimigos domésticos e criminosos de outro, incluindo até mesmo a exigência de que sejam

extraditados. Tudo isso é bastante comum entre os Estados hoje, tanto ocidentais como não ocidentais.

Não é surpreendente que uma cópia do Tratado de Kadesh esteja exposta em uma parede na sede da ONU na cidade de Nova York, como modesto reconhecimento de que muitas das coisas que prezamos na atual ordem ocidental não resultam de algum monopólio ocidental sobre a cooperação internacional, mas estavam presentes até mesmo em um passado distante.²⁸

As origens do Império

O fim do período de Amarna foi seguido pela ascensão de um dos mais poderosos impérios do período clássico, e que superou em muito o império de Sargão de Acádia. As origens da Assíria remontam ao início do segundo milênio a.C., mas ela veio a ser uma potência verdadeiramente imperial durante o primeiro milênio a.C., quando se tornou o que é conhecido como Império Neo-Assírio (912-612 a.C.; alguns historiadores o datam começando em 746 a.C.). Esse império foi o maior de sua época, estendendo-se do atual Irã, a leste, até o Egito, a oeste, e incorporando muitas entidades menores, incluindo o Reino Israelita de Judá. Em suas várias fases, desde potência regional a império, a Assíria pode ser comparada a Roma em termos de longevidade e inovação militar, o que a distinguiria como um importante marco na evolução da organização imperial.

Em primeiro lugar, os assírios eram experientes inovadores militares. A eles são atribuídos o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias militares – tais como as armas de ferro, a guerra de cerco e o aríete –, todas precursoras daquelas usadas pela Pérsia, por Roma e, mais tarde, pela Europa.²⁹ Embora desenvolvessem um extenso sistema de comércio, comunicação e transporte fora de sua terra natal na Mesopotâmia, os assírios governavam indiretamente por meio de um sistema de Estados clientes (dispondo, contudo, de uma guarnição no Egito), que contribuíam com pagamentos para o custo de manutenção do Império e com os inimigos do qual eram proibidos de manter relações. Os assírios também se destacaram na preservação do conhecimento: a

biblioteca do rei Assurbanípal, conhecido como o último grande rei da Assíria, foi provavelmente o primeiro e maior acervo sistemático de conhecimento no mundo antigo.³⁰

Os assírios, assim como os egípcios e sumérios antes deles, invocavam forças divinas e sobrenaturais para consolidar seu governo e conquistar outras terras. Sua principal divindade era Ashur, o deus da guerra, em cuja homenagem sua capital foi nomeada. Há semelhanças entre Ashur e Enlil, a divindade suprema dos sumérios, e o deus Marduk, que presidiu o Império Neobabilônico, conquistador da Assíria, sugerindo a continuidade e a transferência de ideias entre as antigas sociedades da Mesopotâmia. O rei assírio era representado com uma aura (ou halo) – chamada de *melammu*, que significa “sobrenatural e inspiradora” – destinada a incutir medo e respeito entre os inimigos. Diz-se que, se o rei perdesse a aura, como acontecia ocasionalmente, ele perderia o apoio divino. A aura assíria é semelhante à retratada em algumas representações de imperadores no período do cristianismo primitivo.³¹ E sua função lembra a do “Mandato do Céu” chinês, a noção confucionista de que, quando as coisas dão muito errado, o imperador perde sua autoridade para governar.

Relatos populares modernos denunciaram os assírios por sua suposta agressividade e crueldade, particularmente sua prática de tortura e realocação de povos conquistados (para reduzir a chance de rebeliões contra o Império), o que alguns historiadores compararam às remoções de populações realizadas pelos nazistas. No entanto, é preciso ter em mente que tais percepções foram criadas pelos próprios relevos e inscrições dos assírios, que – um pouco como as declarações dos conquistadores mongóis – tinham como objetivo incutir horror e medo entre seus oponentes, uma tática atemporal dos impérios, desde o Romano ao Mongol.³²

O declínio do Império Neo-Assírio foi acompanhado por muita violência, pois várias potências competiram para preencher o vácuo por ele deixado. É a esse período que devemos o termo bíblico *Armagedom*, que agora usamos para descrever a destruição total que seria causada por uma guerra nuclear, mas que faz referência à batalha entre Josias, rei israelita de Judá, e o governante egípcio Neco II em 609, na “colina de Megido” (“Har-Meghiddôn”, em hebraico), onde Josias foi derrotado.³³

O Império Neobabilônico, conquistador dos assírios, tem uma reputação mista na história. Seu rei mais conhecido, Nabucodonosor II, que governou de 605 ou 604 a 562 a.C., reconstruiu a Babilônia para torná-la a cidade mais espetacular da época. E, como sugere um mapa em um tablete de argila daquele período, hoje exposta no Museu Britânico, a cidade foi apresentada como o centro do mundo. Mas Nabucodonosor II notabilizou-se (inclusive na Bíblia) por promover a deportação de judeus de Jerusalém para a Babilônia, após ter conquistado o Reino de Judá e destruído o templo em Jerusalém.³⁴

A Babilônia fez avanços impressionantes na ciência, em especial nas observações astronômicas, que foram emprestadas pelos gregos e lançaram alguns dos primeiros fundamentos da geometria e da filosofia. Sua vibração cultural foi ilustrada por realizações arquitetônicas lendárias, como a Porta de Ishtar e os jardins suspensos (uma das sete maravilhas do mundo antigo). Mas, apesar de se ver como o centro do mundo,³⁵ o Império Neobabilônico foi conquistado em 539 a.C. por Ciro, o Grande, fundador do Império Aquemênida, que se originou na região do atual Irã e se estendeu do vale do Indo, a leste, até os Bálcãs e o Egito, a oeste. Dada a vasta extensão dos territórios que administrava e a multiplicidade de povos sob seu controle, o Império Aquemênida costuma ser visto como o primeiro império verdadeiramente universal.

Legados

Da Suméria, Egito e Pérsia surgiram os três primeiros padrões de ordem mundial. A ordem mundial suméria era anárquica, isto é, um sistema de Estados independentes. A egípcia era hierárquica, pois o Egito, mesmo sendo nominalmente igual às suas grandes potências frateras, desfrutava de maior prestígio. A Pérsia – seguindo os passos da Acácia e Assíria – desenvolveu uma ordem mundial imperial por meio da conquista e dominação direta de seus vizinhos. Esses três padrões – com a realeza divina, a grande diplomacia do poder e a narrativa “caos *versus* ordem” – viriam a ser características familiares da história e continuariam a influenciar as ordens mundiais através dos tempos.

De fato, a monarquia divina, em diferentes formas, é de longe o sistema político mais comum, durável e difundido, encontrado em todas as grandes civilizações. Na disputa por esse título, sua principal rival – a república, na qual a ascensão ao governo não requer a sucessão hereditária – vem bem atrás. E, ainda mais atrás, vem a democracia, na qual os governantes são selecionados por meio do voto popular. A democracia ateniense, como observei na introdução e discutirei no próximo capítulo, era limitada e de curta duração, até que seus ideais fossem revividos muito mais tarde, na era moderna. Em contraste, a ideia básica de governo divinamente sancionado tem persistido ao longo dos milênios – sendo encontrada, de alguma forma, em todas as civilizações do mundo –, sobrevivendo até hoje.

Não está claro se o surgimento da monarquia e da monarquia divina em outras partes do mundo resultou da sua difusão desde o Oriente Próximo ou se deu por um processo à parte. Ambas as alternativas são prováveis, tendo-se em mente que alguma forma de sanção divina fosse muito atrativa para um governante como modo de aumentar sua autoridade e legitimidade diante dos súditos, bem como perante amigos e inimigos estrangeiros. Entretanto, os gregos e romanos tomaram muitas ideias e instituições do Egito e da Ásia, e não há razão para acreditar que a monarquia divina não fosse uma delas. Como discutirei no capítulo seguinte, alguns pensadores gregos, incluindo Aristóteles, elogiaram o rei persa Ciro como um governante virtuoso. Alexandre, o Grande – assim como seu pai, Filipe – desejava emular o grande rei da Pérsia, apesar da animosidade entre as duas civilizações. De fato, Alexandre pensava em si mesmo como possuindo atributos divinos e prontamente se ungiu como faraó do Egito e como grande rei da Pérsia, após conquistar esses dois vastos territórios.³⁶ A águia imperial romana foi importada da civilização do Oriente Próximo, onde era considerada mensageira do deus-sol.³⁷ Os imperadores romanos, começando com Augusto, também eram fascinados pela ideia de divindade pessoal e a abraçaram sem reservas; Augusto elevou o assassinado Júlio César, quem o adotara como filho, ao status divino, talvez cobiçando o mesmo status após sua morte (e realizou seu desejo). Alhures, o conceito indiano de realeza divina (*devaraja*), se espalhou para o Sudeste Asiático, transformando os reinos governados pessoalmente por chefes – e frouxamente estruturados

– daquela época em Estados plenamente estabelecidos. Desde então, a monarquia divina persistiu através dos tempos, estendendo-se a Maha Vajiralongkorn, o atual rei da Tailândia. Em diferentes circunstâncias, ela também se reflete na noção europeia medieval e moderna do direito divino dos reis (como o rei Jaime I da Inglaterra, no século XVII).

Assim como a monarquia divina, a ideia e a instituição do império, concebido por Sargão, mas aperfeiçoado pela Pérsia, continuariam a ser uma característica importante da ordem mundial no final do período moderno, encontrada em todas as principais civilizações, como Índia, China, Roma, Europa, África e Américas. O sistema descentralizado de Estados independentes encontraria sua forma mais desenvolvida na ordem westfaliana, surgida na Europa por volta do século XVII. A narrativa “caos *versus* ordem” continua a sustentar a política externa e as preocupações com a segurança nacional das nações modernas, incluindo grandes potências como os Estados Unidos e a China.

Desde o início do século XXI, o Ocidente está em crise. A polarização política e a ascensão de outras grandes potências ameaçam desestabilizar a atual ordem mundial. Muitos temem que isso leve ao caos global, mas o fim do domínio dos Estados Unidos e do Ocidente seria realmente tão ruim?

Ao examinar cinco mil anos de história global, o cientista político Amitav Acharya revela que a ordem mundial – a arquitetura política que permite cooperação e paz entre as nações – existia muito antes da ascensão do Ocidente. Partindo da antiga Suméria, Índia, Grécia e Mesoamérica, passando pelos califados medievais e impérios eurasiáticos até o presente, Acharya mostra que valores humanitários, interdependência econômica e regras de conduta entre Estados surgiram em diversas partes do mundo ao longo de milênios.

A história sugere que a ordem continuará a existir mesmo com o recuo do Ocidente. Na verdade, o fim da predominância ocidental nos oferece a oportunidade de construir um mundo melhor, no qual as nações não ocidentais tenham mais voz, poder e prosperidade. Em vez de temer o futuro, o Ocidente pode aprender com a história e cooperar com o restante do mundo para conceber uma ordem mais justa.

Este é o relato definitivo de como a ordem mundial evoluiu e por que ela sobreviverá ao declínio do Ocidente.

CRÍTICA



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROMOCIONAL 9 788542 243598